

III Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XVIII Jornadas de Investigación Séptimo Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2011.

A trajetória da formação de professores e a LDB 9394/96: perspectivas e consequências sociais e psicológicas.

Valente, Ursula, Santana Flores Pacifico, Luciana, Madalena Torres Alves, Alessandra y Barbosa, Vera Lucia.

Cita:

Valente, Ursula, Santana Flores Pacifico, Luciana, Madalena Torres Alves, Alessandra y Barbosa, Vera Lucia (2011). *A trajetória da formação de professores e a LDB 9394/96: perspectivas e consequências sociais e psicológicas*. III Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XVIII Jornadas de Investigación Séptimo Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-052/535>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/eRwr/ed4>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A TRAJETÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A LDB 9394/96: PERSPECTIVAS E CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E PSICOLÓGICAS

Valente, Ursula; Santana Flores Pacifico, Luciana; Madalena Torres Alves, Alessandra; Barbosa, Vera Lucia
Universidade Bandeirante de São Paulo. Brasil

RESUMEN

O artigo desenvolvido tem como objetivo compreender como se dá a formação e o perfil do professor, analisar a complexidade da legislação brasileira na área educacional e verificar o comportamento do docente frente há uma turbulência de situações emergenciais no cotidiano escolar. A questão central é: como é o comportamento do docente na práxis perante a política de formação e as constantes mudanças num mundo globalizado? Este estudo posiciona estratégias de um novo profissional no mundo globalizado e também é o resultado de leituras dentro da realidade de ensino. Assim, a parte teórica analisa aspectos relativos á profissionalização do professor e o seu comportamento diante diversas dificuldades educacionais. Quanto à pesquisa, de natureza qualitativa com características quantitativas, baseia-se em entrevistas com alguns professores da rede pública do Estado de São Paulo.

Palabras clave

Professor Legislação Prática Transformação

ABSTRACT

A HISTORY OF TEACHER EDUCATION AND LDB 9394/96: PROSPECTS AND SOCIAL AND PSYCHOLOGICAL CONSEQUENCES

The purpose of this article is to understand how is the formation and teacher profiles, analyzing the complexity of the Brazilian legislation on education, and verify the behavior of the teacher with the turbulence of emergency situations in school life. The principal question is: how is the behavior of teachers in praxis with the formation's politic and the constant changes in a globalized world? This study presents the strategies to the new professional in a globalized world and is also the result of readings within the reality of teaching. Therefore, the theoretical part is focused on teacher professionalization and their behavior on various educational difficulties. This research, qualitative with quantitative character, is based on interviews with some teachers who work in public schools in state of São Paulo.

Key words

Teachers Legislation Practice Transformation

O presente artigo aborda várias questões do panorama atual da educação brasileira, na formação de professores. Trata-se de um estudo exploratório que se enquadra nas pesquisas de campo qualitativas, de cunho quantitativo e de revisão literária de diversos autores que discorrem com diferentes pontos de vista. Escolhemos o tema: "A trajetória do professor e a LDB 9394/96: Perspectivas e Consequências Sociais e Psicológicas" para elucidar e buscar algumas respostas e indagações tais como: Em que medida a legislação contribuiu para formação e a prática docente? Quais as consequências de uma má formação acadêmica? O que ocasiona a Síndrome de Burnout? Como poderia modificar a prática do professor em sala de aula? O seu comportamento e sua metodologia resultariam em um ensino motivador, investigativo, formando alunos críticos e reflexivos para sua formação como cidadão? Diante disso, observou-se a necessidade de elaborarmos um questionário com o objetivo de compreender qual é o papel do professor no cenário da contemporaneidade. O passo seguinte foi à entrevista realizada com oito professores da rede pública no Estado de São Paulo.

Nesta perspectiva, procuramos levantar dados para facilitar a análise e a construção interpretativa dos procedimentos adotados e também optamos pela pesquisa bibliográfica para contribuir com a importância da formação continuada do professor, suas condições de trabalho e entender melhor a situação de ensino e a necessidade dos alunos em seu contexto, propiciando assim nova orientação para o exercício da ação e reflexão. Neste emaranhado de desafios, conflitos sociais e exacerbação de poder possibilitou-nos a identificar alguns objetivos, por exemplo, compreender como se dá a formação e o perfil do professor, analisar a complexidade da legislação brasileira na área educacional, buscar o entendimento da massificação da práxis em detrimento da teoria e por último verificar o comportamento do docente frente há uma turbulência de situações emergenciais no cotidiano escolar.

Neste cenário, delineamos a questão problema da pesquisa: Como é o comportamento do docente na práxis perante a política de formação e as constantes mudanças num mundo globalizado? Esse questionamento é um elemento desencadeador para desmistificar possíveis considerações que assolam o docente no Brasil considerando uma ferramenta importante para que se torne um objeto útil a serviço da Educação, Psicologia e

de Cidadania.

Nos itens a seguir será apresentada uma breve síntese para analisar comparativamente a trajetória do professor desde a fase jesuítica até a atualidade. Para consolidar esse conhecimento trouxemos como premissa a articulação dos aspectos sociais e psicológicos. Diante deste quadro, faz-se necessário registrar um balanço dos dez anos de implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira que implica em se pensar nos problemas estruturais do sistema educativo, as condições de trabalho e a formação docente. Investigando o processo de desprofissionalização e apontando ao mesmo tempo a valorização dos saberes docentes no cotidiano escolar.

É inegável admitir também que a nova LDB 9394/96 trouxe avanços importantes para área educacional permitindo acesso de uma maior parcela da população na educação básica e levantando polêmicas da re-significação do papel dos professores no século XXI. Refletir sobre a formação de profissionais da educação vem se constituindo, cada vez mais, uma tarefa urgente, principalmente, pelo entendimento de que a formação de professores para o trabalho pedagógico é de vital importância para o desenvolvimento da educação. Lembrando que existem altos índices de abandono da profissão por parte dos professores, sem dizer o surgimento de doenças psicossomáticas geradas por um processo insano de intensificação e precarização dos trabalhos docentes.

Toda esta visão nos fez investigar, estudar e reconhecer a necessidade de aprimorar a formação intelectual, ética, filosófica e política dos docentes. Para avançarmos, é imprescindível um esforço sério rigoroso no processo de ensino. Enfim, pretendemos indicar as falácias e as reformas contemporâneas para transformação dos sistemas educacionais.

2. POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UMA BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Ao debruçarmos na revisão histórica da educação brasileira, nos deparamos com diversos conflitos, incertezas e desafios. Relembrando que os jesuítas tinham o ensino como enciclopédico, alheio à realidade e formas dogmáticas de pensamento. A partir de 1930 houve o movimento da escola nova que passou a valorizar a criança, respeitando à liberdade e a autonomia. Em 1964 foi marcado pela preocupação com a tecnologia educacional, tendo como proposta a eficácia do ensino. Já na década de 80 buscava evitar o espontaneísmo do movimento da escola nova e minimizar os efeitos da escola tecnicista.

Considerando essa trajetória histórica do ensino constatamos ainda que o dualismo permanece na divisão econômica, social e cultural, reproduzindo os mesmos métodos de poder (classe dominante x classe dominada). Diante disso, a organização escolar no Brasil hoje, esta como não poderia deixar de ser, estreitamente vinculada à política colonizadora dos portugueses. Uma educação voltada aos interesses da classe dominante

como se iniciou desde a época dos jesuítas em que os instruídos eram descendentes dos colonizadores, dedicando-se ao trabalho intelectual. Já os indígenas seriam apenas catequizados e instruídos com objetivos a formação sacerdotal, em seguida aproveitado como mão de obra. O importante ressaltar é que a formação intelectual oferecida pelos jesuítas, e, portanto, a formação de elite colonial, será marcada por uma intensa "rigidez" na maneira de pensar e, conseqüentemente, de interpretar a realidade.

Levando assim, à expulsão dos jesuítas de Portugal e do Brasil, em 1759 (Reforma Pombalina). Marques de Pombal responsável pela reforma com sua visão não mais religiosa, mas econômica e política aos interesses do país, simplificando e abreviando os estudos fazendo com que um maior número se interessasse pelos cursos superiores; propiciando o aprimoramento da língua portuguesa, diversificar o conteúdo, incluindo o de natureza científica torná-los os mais práticos possíveis.

Convém observar que quase 50 anos depois, Portugal foi invadido pelas tropas francesas e a família real e a corte se veem obrigadas a vir para o Brasil, sobre a guarda inglesa, a conjugação de tais interesses obrigam o príncipe regente a decretar a abertura dos portos. Logo, são criados cursos, por ser preciso o preparo de pessoal mais diversificado e qualificado. Neste contexto, foram criados cursos de nível superior de ensino no Brasil como, por exemplo: Curso de cirurgia (Bahia), anatomia (Rio de Janeiro), curso de economia, agricultura, etc. O ensino secundário permanecia a organização de aulas régias (aulas avulsas), estas aulas vão diminuindo com o tempo por não incluírem todas as matérias necessárias aos exames preparatórios. Quanto ao primário continuava sendo curso de ler, escrever e cálculo com poucas escolas e limitando seu objetivo, seu conteúdo e sua metodologia. Havia dificuldade de encontrar pessoas preparadas para o magistério por completa falta de amparo profissional fazendo da carreira algo desinteressante e não motivando um aprimoramento constante. Nós próximos itens, tais pensamentos já abordados como: desqualificação da profissão, a banalização dos cursos educacionais dentre outros serão fontes de pesquisa.

3. MARCO TEÓRICO - ABRINDO AS CORTINAS: AS PECULIARIDADES DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E OS SEUS DESAFIOS.

Há uma crescente mudança da sociedade configurando constantes transformações, bem como, modificações no âmbito do conhecimento gerando uma sociedade competitiva e burocrática. Lembrando que a formação de professor está inserida neste contexto que deve ser contínua e permanente, integrada no dia-a-dia. Esta formação deve ser um processo de desenvolvimento pessoal, mas também um desenvolvimento das competências coletivas com a mobilização de trocas.

A formação de professores deve ser concebida como uma das possibilidades de mudança dando um novo significado às práticas. Separar a prática do cotidiano

do momento de formação acarretaria danos irreparáveis. A formação se faz na ação. Nem antes, nem depois e sim durante este processo de organização e transformação. Sabemos que hoje não basta o docente mudar é preciso mudar concomitantemente o ambiente educacional. Assim, as escolas não podem mudar sem compromisso dos professores e estes não podem mudar sem uma transformação das instituições em que trabalham. É vital que o desenvolvimento do trabalho dos professores esteja associado com a escola e o projeto pedagógico.

No espaço escolar a dinâmica dos novos tempos vem provocando momentos de tensão, incertezas e inseguranças. Afinal, a escola historicamente representava um local legítimo do conhecimento formal. No entanto, a realidade e as questões sociais da atualidade colocam em xeque a veracidade dessas concepções. Desde a antiguidade o homem tinha a necessidade de entender o porquê e o sentido em ser ou estar no mundo. Sócrates, partindo do conhecimento para o desconhecido, fazia seus discípulos questionarem os seus conhecimentos adquiridos, e refletirem em busca de novos conhecimentos. Quando lemos as parábolas da bíblia, percebemos que Jesus era um pedagogo, por que se utilizava delas para ensinar e dar compreensão no queria transmitir.

Encontramos em Comênio (1592 - 1670), em sua Didática magma, vê que o professor tem que mostrar e aplicar seus conhecimentos, fazer referências à natureza e a origem dos fenômenos estudados e suas causas. O objetivo fundamental é ocupar-se das estratégias de ensino, das questões práticas relativas à metodologia e das estratégias de aprendizagem. Para Pestalozzi (1746-1827), a educação propicia o desenvolvimento físico, mental e moral do aluno, onde se deve respeitar a individualidade. Com o respeito mútuo entre mestre e discípulos. Já para John Dewey (1859-1952), não devemos dar todas as respostas, mas ensiná-los a buscar o conhecimento através de ações.

Lendo os pensadores contemporâneos percebemos que suas idéias são muito atuais. A ciência tem vários estudos sobre o cérebro humano, onde eles investigam como o homem aprende e se motiva. Um dos engajados nessa pesquisa foi Piaget, que descreveu estágios do desenvolvimento da criança e do adolescente, trazendo contribuições para educação. Vygotsky também traz relevantes considerações redefinindo o papel do professor como “mediador entre o conhecimento e o conhecido”. Onde o conhecido é o que o aluno já sabe, e esse saber deve ser o início para um novo ensino. E não esquecendo Ausubel também uma grande referência, diz que: “Tem-se que conhecer o que o aluno já sabe e usar isso como ponto de partida para novos ensinamentos”.

No Brasil, é preciso lembrar Ivani Fazenda, trouxe à tona à discussão sobre a interdisciplinaridade e a fragmentação disciplinar de nossas escolas. Como também Paulo Freire, que fez inúmeras contribuições, tornando-se um ponto de referência para outros professores. Temos muitos outros pensadores, que contribuíram e contribuem para o nosso conhecimento e pesquisas: Albert Einstein, Karl Popper, Lacan e Thomas Kuhn. Neste

sentido, a educação está longe de ser cristalizada e imutável. E sim, aberta para novas abordagens, teorias e pesquisas. (... e bonito do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas — mas que elas vão sempre mudando, *Afinam e desafinam...* Graciliano Ramos)

3.1 O COMPORTAMENTO DO PROFESSOR DO SÉCULO XXI FRENTE A FRENTE COM AS INCERTEZAS, CONFLITOS E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.

Refletir sobre a formação de professores como ser concreto exige mudanças profundas, como já mencionadas anteriormente. A tensão e o conflito são importantes geradores de transformações na docência. É na divergência de idéias que produzimos novos conhecimentos. Os conflitos estão na base de uma sociedade que se diz democráticos e que procura desenvolver para que haja igualdade de oportunidades, mesmo em meio à diversidade de interesses. Nesse sentido, se faz necessário uma revisão da literatura trazendo à luz da legislação e as condições de trabalho dos docentes no Brasil. É importante destacar o artigo 62 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei n.º. 9394, em 1996:

“A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal”. (Regulamento)

• 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei n.º. 12.056, de 2009).

• 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei n.º. 12.056, de 2009).

• 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei n.º. 12.056, de 2009).

Ressaltamos que a legislação acima, não foi suficiente para diminuir o expressivo número de professores sem formação inicial mínima para o exercício da profissão, uma vez que ainda se constata no Brasil que esta realidade não é nada confortável, considerando que estamos vivendo em um mundo globalizado em que o domínio do conhecimento se transformou em mercadoria lucrativa. Segundo Nóvoa (1999), muitas pessoas e instituições dedicam-se a formação de professores, apenas, e unicamente de um mercado rentável a formação de professores que é visto por muitos como um grande negócio. É bastante preocupante esta situação em virtude que o próprio ministério sustente esta idéia e permita a manutenção de cursos com período curto gerando o barateamento da formação das novas gerações. Outro elemento importante fruto de discussão é a febre da titulação, favorecendo serviços de qualidade duvidosa

sa á milhares de trabalhadores que esperam uma vida melhor mediante o diploma universitário. Tudo isso contribuiu entre nossos professores, alarmantes índices de abandono da profissão e/ou de doenças de natureza psicossomática, desânimo com seu trabalho cotidiano, diretamente associado ao descrédito e à desarticulação política da categoria profissional.

A desvalorização do professor seja por parte do sistema, dos alunos e da própria sociedade é um dos maiores fatores para o stress profissional, mais conhecido como Síndrome de Burnout. O professor se sente impotente, desmotivado, frustrado, exaurido e até mesmo com medo do ambiente acadêmico e suas problemáticas. A fim de compreender tamanha complexidade sobre a "Síndrome de Burnout" observou-se a necessidade de pesquisar depoimentos de professores do Estado de São Paulo através de um acervo de entrevistas inseridos em artigos. Nesta busca notou-se que a situação de maior stress para o professor continua sendo o desrespeito e a indisciplina em sala de aula. Neste caso, mediar à relação com os alunos fica mais desgastante em situações em que você tem que chamar a atenção, interromper a aula e intervir. Tudo isso contribui ao longo do tempo para uma situação de desmotivação, abandono sem perspectivas. Nesta ordem de pensamento, tais aspectos desencadeiam uma sensação de fracasso quando os resultados esperados não são atingidos. Neste contexto, é que se inserem novas perguntas tais como: Essas mudanças exigidas pelas políticas educacionais inclusas na LDB 9394/96 no artigo 62, realmente garantiram a efetivação de uma qualidade significativa do ensino? O professor mudou sua prática pedagógica depois de concluir o curso de licenciatura?

Partimos, pois, de algumas hipóteses iniciais para responder estes incômodos levantados durante a pesquisa que assumem para nós a força de convicções, embora provisórias, que deverão orientar o desenvolvimento do trabalho. É importante esclarecer que vemos uma pedagogia meramente política e não voltada para melhoria dos interesses educacionais da sociedade. Segundo Maria Helena Dias (2007) um mundo globalizado em que o domínio do conhecimento se transformou em mercadoria lucrativa. Existem várias gratificações e bônus por parte do ministério da educação para os professores que fazem cursos em sua formação continuada, levando-o a pensar em seu lucro a mais no final do mês e não visando uma educação para formação de indivíduo crítico e reflexivo. Compartilhando do mesmo pensamento Tardif (1999) aborda que o mal uso de seu conhecimento pode causar danos em seus clientes (alunos). Sua autonomia e a competência profissional deverão ser usadas com responsabilidade.

Constatamos inicialmente que como toda profissão pode acontecer erros e possibilitando respostas imediatas gerando conseqüências que nem sempre podem ser recuperadas. Na educação acontece à mesma problemática, a má qualidade na formação do docente pode acarretar déficit ao desenvolvimento social e cognitivo do aprendiz. Afetando na cidadania, seus valores, proporcionando analfabeto meramente funcional não formando cidadão crítico, reflexivo e pesquisador. Tais

prejuízos podem viabilizar uma sociedade à margem da política educacional. Diante disso, nos últimos vinte anos, há uma tentativa de reformular e renovar os fundamentos epistemológicos do ofício de professor.

Se esses esforços e reformas forem bem-sucedidos, o ensino deixará de ser um ofício para tornar-se uma verdadeira profissão, semelhante à profissão de médico ou as profissões de engenheiro e de advogado. (TARDIF, 1999, pg. 8)

Em síntese, vivemos uma crise em que o conhecimento da ciência não se aproxima do conhecimento profissional. Essa crise é permeada por conflitos de valores nas profissões cujos "objetos de trabalho" são seres humanos. Assim, no campo do saber encontram-se várias discussões em torno da temática formação profissional, abrindo brechas para diversos questionamentos, uns dos quais podemos apontar é a fragmentação dos conteúdos que nos leva a obter um conhecimento por acúmulo de fatos e informações isoladas. O professor é tido como único informante transmissor do conhecimento, tendo o papel de dar respostas certas e cobrar sua memorização.

Refletindo sobre o processo de formação de professores Tardif (1999), argumenta que se deve levar em conta o conhecimento do trabalho dos professores, seus saberes cotidianos. Tal postura desconstrói a idéia tradicional de que os professores são apenas transmissores de saberes produzido por outros grupos. O autor convoca os educadores e os pesquisadores, o corpo docente e a comunidade científica a unir pesquisa e ensino. Sua proposta é que a pesquisa universitária pare de ver os professores de profissão como objetos de pesquisa e que passem a ser considerados com sujeitos do conhecimento, como colaboradores, com co-pesquisadores. Uma postura importante para as pesquisas a serem desenvolvidas pelas Universidades do Brasil, que possa valorizar os professores de profissão ao mesmo tempo em que promova sua formação continuada, buscando a construção de conhecimentos e valorização sua prática educativa; promova um repensar de caminhos engajados na realidade, conseqüentemente, um repensar da própria formação acadêmica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Redigir uma argumentação que nos permita compreender o comportamento do docente em sua prática diante a política de formação num mundo em constantes mudanças era questão central desta pesquisa. Nessa ordem de ideias tínhamos algumas crenças e suposições que fundamentava-se em conceitos e pensamentos complexos inseridos em uma sociedade dinâmica em constantes avanços científicos.

Diante de tamanha responsabilidade iniciamos a investigação com uma entrevista direcionada aos docentes da escola pública do Estado de São Paulo. Essa amostra selecionada e estratificada de dados apontou que a formação de professores se encontra banalizada e as universidades contribuem disputando alunos, com preços mais que acessíveis, cursos com pouca duração, salas cheias, professores com pouca experiência e má formação. Também teve grande relevância durante a

entrevista na questão da qualidade em detrimento da quantidade em nível superior.

Percebíamos claramente que tínhamos muito trabalho a ser realizado tendo uma sociedade que a palavra chave é qualidade. Em outras palavras, na mesa de jogo do século XXI a qualidade, não será mais um diferencial competitivo, mas o mínimo para se dá a partida. Neste contexto, formar professores mais competentes, aliando uma postura reflexiva e uma forte implicação crítica para o desenvolvimento da sociedade, se faz necessário antes e durante a profissionalização do docente. Para tanto, algumas pesquisas vem apontando o descrédito da categoria profissional do mesmo e suas responsabilidades cada vez mais acentuadas e impondo modalidades e procedimentos didáticos distantes da sua realidade cotidiana permitindo assim um processo de desprofissionalização da docência.

Outra constatação importante que corrobora para a pesquisa discorre da concepção que o ensinar e aprender ganha nova dimensão tendo novos rumos e exigindo uma mudança na postura do professor perante o conhecimento, políticas públicas e reconhecer que o seu papel é mola propulsora para resolução de alguns problemas educacionais que vem ao longo dos anos.

Chega-se assim ao centro do argumento aqui suscitado: estamos vivendo um momento paradoxal, ao mesmo tempo em que a legislação destaca a importância da formação dos professores, provoca aprisionamentos como credenciar novos cursos com qualidade duvidosa, bem como, permitir que a educação seja vista como mercadoria e não como um direito social. Vale ressaltar que a constituição federal de 1988 no artigo 205 a educação é um direito de todos visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No entanto, percebemos que sob a ótica de um dos entrevistados vislumbra essa situação da seguinte forma: "O Estado usa o discurso que apregoa a inclusão social e a construção da cidadania, porém nossas escolas públicas estão ajudando a formar um indivíduo incapaz de interpretar um texto e muito menos a buscar os seus direitos na Lei".

Como dissemos anteriormente a nova Lei de Diretrizes e Base, aprovada no congresso de 1996, toca em algumas questões substanciais no tratamento dos profissionais da educação. Propugna-se a formação preferencial em nível superior gerando uma grande expansão de cursos de formação de professores em curto espaço de tempo. Sendo assim, a acomodação de muitos professores, os quais permaneceram durante décadas sem importar-se com a formação continuada, e muito menos com a busca por uma graduação universitária somente foi abalada com a LDB 9394/96 em seu artigo 62, a qual tece algumas considerações acerca da formação de docentes em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação.

Diante de todos esses dados observamos que a educação passou a ser vista como objeto de compra priorizando um avanço quantitativo esquecendo-se do seu real papel que é investir em uma formação sólida, comprometida com a transformação histórica e social por

parte não só dos professores, mas todos que estão envolvidos direta ou indiretamente no âmbito educacional evoluindo para formas coletivas pondo um fim na centralização das decisões. É certo que há urgência de deixar de lado um ambiente escolar rígido e menos injusto, partindo de uma realidade concreta situando novas gerações de educadores.

Em última análise, o Estado por meio da LDB/96 facilita o acesso ao ensino superior ampliando o leque de instituições superiores. Abrem-se, então, muitas possibilidades de formação superior causando expectativas reais para reformas educacionais. É por conta disso que temos um grande desafio pela frente que se constitui mais uma bandeira, exprimindo a busca por uma formação que vá além da associação da teoria e prática é a reação de um compromisso político assumindo como premissa um olhar inquieto sobre a realidade. Um olhar questionador e plural, que pense e repense suas ações constantemente e que as modifique tendo a descoberta como ponto de partida para outras descobertas.

Paulo Freire: "Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível... Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra..."

BIBLIOGRAFÍA

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2005.

Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação 1996. São Paulo: Saraiva, 2005.

Brandão, Carlos da Fonseca. LDB passo a passo. São Paulo: Avercamp, 2005

Canen, A. Multiculturalismo e Formação Docente: experiências narradas, Educação e Realidade, v. 24, n.2, pp. 89 - 102, 1999.

Dias-Da-Silva, Maria Helena - A LDBDEN e a formação dos professores: armadilhas ou conseqüências? - in : Rescia, Ana Paula Oliveira - Dez anos de LDB: contribuições para a discussão das políticas públicas em educação no Brasil, 2007.

Freire, Paulo. Pedagogia da Autonomia Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Moreira, M.A e Masini, E.F.S. Aprendizagem Significativa - A teoria de David Ausebel. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1982.

Nóvoa, António. Os professores e as histórias da sua vida. In: Nóvoa, António (Org.). Vidas de professores. Porto: Editora, Porto, 1992.

Pozo, J. I. Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Shön, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. IN: NÓVOA, Antonio (Coord.). Os Professores e as suas Formações. Dom Quixote, Lisboa, 1995.

Tardif, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas conseqüências em relação à formação para o magistério. Rio de Janeiro, PUCRIO, 1999.

<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2006/05/29/440511/stressedop professor.html> (Acesso em: 13, junho, 2011).